

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.646.370 - MG (2020/0005215-0)

RELATOR : MINISTRO PRESIDENTE DO STJ
AGRAVANTE : AMAN PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA
ADVOGADO : NEY JOSE CAMPOS E OUTRO(S) - MG0044243
AGRAVADO : MUNICIPIO DE CONTAGEM
ADVOGADO : ARMENIO GONCALVES FANTINI JUNIOR E OUTRO(S) -
MG0102362

DECISÃO

Trata-se de agravo apresentado por AMAN PARTICIPACOES E EMPREENDIMENTOS LTDA contra a decisão que não admitiu seu recurso especial.

O apelo nobre, fundamentado no art. 105, inciso III, alínea "a", da CF/88, visa reformar acórdão proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS, assim resumido:

EMENTA: APELAÇÃO CÍVEL – AÇÃO ORDINÁRIA – ADJUDICAÇÃO DE BEM IMÓVEL – COBRANÇA DE ITBI – ATUALIZAÇÃO DA BASE DE CÁLCULO – POSSIBILIDADE. Como já assentado pela jurisprudência pátria, a teor do que dispõe o art. 97, § 2º, do CTN quanto à base de cálculo, sua “mera atualização monetária não configura majoração de tributo, nem ofende o princípio da legalidade, previsto no art. 150, I, da Constituição Federal” (AI n.º 787.172/PE, Decisão monocrática/STF, rel. Min. Gilmar Mendes).

Alega a recorrente, pela alínea "a" do permissivo constitucional, violação dos arts. 35 e 97, V, do CTN e do art. 150, V, da CF, sustentando a incidência do ITBI pelo valor da adjudicação do bem, trazendo o(s) seguinte(s) argumento(s):

A base de cálculo, enquanto inserida na regra matriz de incidência tributária, está subsumida ao princípio da legalidade estrita, formalizada no inciso IV do artigo 97 do Código Tributário Nacional, corolário do princípio da legalidade, positivado no artigo 150, inciso I, da Constituição da República.

Portanto, não configurado o preço vil, já que adjudicado o imóvel pelo valor de avaliação, não cabe ao fisco interferir na apuração do valor da base de cálculo do tributo, sob pena de violação à legalidade estrita, princípio erigido ao status de garantia fundamental, enquanto limitação constitucional ao poder de tributar.

Data venia, o silêncio da lei é eloquente.

Sem que haja previsão legal, o contribuinte não pode ser obrigado a recolher tributo. Violação direta do disposto no art. 97, V do Código Tributário Nacional, que fica desde já, prequestionada bem assim do art. 150, V, da Constituição da República.

Fato incontroverso nos autos é que a, tanto que o base de cálculo é o

valor da adjudicação município apelado administrativamente revisou o lançamento.

O que resta submetido ao crivo judicial é a inexistência de lei que permita a correção monetária do valor, sem o qual, por imperativo de lei Complementar (art. 97, V, do CTN), não pode ser exigido pelo Apelado (fls. 173/174).

É o relatório. Decido.

Quanto ao art. 35 do CTN, na espécie, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que não há a indicação clara e precisa do dispositivo de lei federal tido por violado, pois nas razões do recurso especial não se particularizou o inciso sobre o qual recairia a referida ofensa, incidindo, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Nesse sentido, esta Corte Superior de Justiça já consignou que “o recurso especial não é um menu onde a parte recorrente coloca à disposição do julgador diversos dispositivos legais para que esse escolha, a seu juízo, qual deles tenha sofrido violação. Compete à parte recorrente indicar de forma clara e precisa qual o dispositivo legal (artigo, parágrafo, inciso, alínea) que entende ter sofrido violação, sob pena de, não o fazendo, ver negado seguimento ao seu apelo extremo em virtude da incidência, por analogia, da Súmula 284/STF” (AgRg no AREsp 583.401/RJ, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 25/3/2015).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no AREsp n. 1.229.292/SP, relator Ministro Luis Felipe Salomão, Quarta Turma, DJe de 4/9/2018; AgInt no AgRg no AREsp n. 801.901/SP, relator Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, DJe de 1º/12/2017; AgInt nos EDcl no AREsp n. 875.399/RS, relator Ministro Antonio Carlos Ferreira, Quarta Turma, DJe de 1º/8/2017; AgRg no Ag n. 341.240/SP, relator Ministro Massami Uyeda, Quarta Turma, DJ de 6/8/2007, p. 493; e AgRg no REsp n. 695.304/RJ, relator Ministro Francisco Falcão, Primeira Turma, DJ de 5/9/2005, p. 263.

Quanto ao art. 97, V, do CTN, incide o óbice da Súmula n. 284/STF, uma vez que o artigo apontado como violado não tem comando normativo suficiente para amparar a tese recursal, o que atrai, por conseguinte, o citado enunciado: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

Superior Tribunal de Justiça

Nesse sentido: "Não se conhece do recurso especial, quando o dispositivo apontado como violado não contém comando normativo para sustentar a tese defendida ou infirmar os fundamentos do acórdão recorrido, em face do óbice contido na Súmula n. 284 do STF" (AgInt no REsp n. 1.788.417/SC, relator Ministro Gurgel de Faria, Primeira Turma, DJe de 6/6/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt no REsp n. 1.651.670/DF, relator Ministro Mauro Campbell Marques, Segunda Turma, DJe de 18/6/2019; AgInt no REsp n. 1.689.883/PR, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Terceira Turma, DJe de 14/6/2019; AgRg no REsp n. 1351593/RS, relatora Ministra Laurita Vaz, Quinta Turma, DJe de 12/3/2014; e AgRg no AREsp n. 197.224/SP, relatora Ministra Marilza Maynard (Desembargadora Convocada do TJ/SE), Quinta Turma, DJe de 20/11/2012.

Em reelção ao art. 150, V, da CF, é incabível o recurso especial porque visa discutir violação de norma constitucional que, consoante o disposto no art. 102, inciso III, da Constituição Federal, é matéria própria do apelo extraordinário para o Supremo Tribunal Federal.

Nesse sentido: "Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, em recurso especial, o exame de eventual ofensa a dispositivo da Constituição Federal, ainda que para o fim de prequestionamento, sob pena de usurpação da competência reservada ao Supremo Tribunal Federal" (AgInt nos EREsp n. 1.082.463/DF, relator Ministro Ricardo Villas Bôas Cueva, Segunda Seção, DJe de 1º/2/2019).

Confirmam-se ainda os seguintes julgados: AgInt nos EDcl no AREsp n. 1.342.571/RS, relator Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, DJe de 1º/2/2019; e AgInt no AREsp n. 1.287.630/SC, relator Ministra Assusete Magalhães, Segunda Turma, DJe de 25/9/2018.

Ante o exposto, com base no art. 21-E, V, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 23 de março de 2020.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
Presidente